



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

17 de julho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Aulas suspensas		<b>Página:</b> Online



SANTA CATARINA



### **Cerca de 2,5 mil alunos do Oeste de SC continuarão sem aulas nesta sexta**

*Estudantes de 16 escolas, em 7 cidades devem retornar na segunda-feira. Na terça e quarta, ao menos 80 mil alunos de 200 escolas ficaram sem aula.*

Maior parte das 200 escolas estaduais, que suspenderam as aulas por causa das fortes chuvas, já retomaram as atividades. Algumas anteciparam as férias de julho, para evitar problemas no calendário escolar e outras continuarão fechadas ao menos até esta sexta-feira (16), segundo a Secretaria de Estado da Educação.

Dos cerca de 80 mil estudantes que ficaram sem aulas na terça e quarta, 2,5 mil vão continuar com as atividades suspensas na sexta. Nesta quinta, cerca de 3 mil não tiveram aulas.

No total, 16 escolas de sete municípios continuarão fechadas. As cidades onde os trabalhos na rede estadual continuam suspensos são: Coronel Freitas, Frei Rogério, Saudades, Xavantina, Arvoredo, Lindóia do Sul e Arabutã.

A Secretaria da Educação orienta aos pais e responsáveis dos alunos a entrarem em contato com a direção da unidade, para esclarecer dúvidas, com relação ao retorno das atividades. As aulas foram suspensas para garantir a segurança de alunos e professores.

Em algumas cidades atingidas, o transporte escolar foi cancelado, o que prejudica os estudantes que dependem dele para se deslocar até os colégios. O esquema de recuperação dos dias perdidos deve ser definido após o retorno das atividades.

#### **Balanço dos estragos**

De acordo com o último relatório da Defesa Civil de Santa Catarina, divulgado nesta quinta-feira (16), 2.870 pessoas foram prejudicadas em 50 cidades. Destas, 15 decretaram situação de emergência e outras três, calamidade pública, todas em nível municipal. A Defesa Civil estadual foi informada, mas ainda aguarda a documentação para analisar e decidir se homologará os documentos, em nível estadual.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na tarde desta quinta, o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, visitou Saudades, Coronel Freitas e Maravilha, que declararam calamidade pública. Ele garantiu que o governo federal fará esforços para auxiliar os atingidos e espera conseguir o reconhecimento nacional dos decretos ainda esta semana. Assim que isto acontecer, deve ser iniciado o processo de liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) às vítimas destas cidades.

Com relação às outras cidades atingidas, também foi prometida celeridade na análise das documentações de situação de emergência e envio de recursos para reconstrução. A primeira etapa de apoio, segundo Occhi, será o envio de kits emergenciais, com cestas básicas, água, colchões, remédiops e produtos de limpeza.

Duas pessoas morreram na terça. Em Coronel Freitas, uma mulher foi arrastada pela correnteza provocada por uma enxurrada.

Na Serra, em São Joaquim, um rapaz de 19 anos morreu ao ser eletrocutado em um portão pela descarga elétrica de um raio.

Outras oito pessoas ficaram feridas. Segundo a Defesa Civil estadual, 390 ficaram desalojadas e outras 62, desabrigadas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Correio Lageano	<b>Editoria:</b> Raul Sartori	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Valores		<b>Página:</b> on-line



**CORREIO LAGEANO**

### **Valores invertidos**

Nesse país que vira as costas para a educação, vale o registro: um juiz de Sergipe julgou improcedente pedido de indenização de estudante contra professor que tomou seu celular em sala de aula, por estar ouvindo música com os fones no ouvido.

Representado por sua mãe, pleiteou reparação por danos morais diante do "sentimento de impotência, revolta, além de um enorme desgaste físico e emocional". Na negativa, o juiz afirmou que "o professor é o indivíduo vocacionado a tirar outro indivíduo das trevas da ignorância, da escuridão, para as luzes do conhecimento, dignificando-o como pessoa que pensa e existe".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Correio Lageano	<b>Editoria:</b> Raul Sartori	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Gênero	<b>Página:</b> on-line	



# CORREIO LAGEANO

## Sem ideologia

O Governo do Estado retirou o regime de urgência, no Legislativo, no projeto de lei que define o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024.

Mas retirou tudo que fizesse referência à chamada "ideologia de gênero", que até deputados tem dificuldade em entender exatamente o que é. Sabem que tem a ver com sexo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> ADJORI	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/05/2015
<b>Assunto:</b> Ceja		<b>Página:</b> Online



### **Haitianos poderão estudar nos Centros de Educação de Jovens e Adultos**

A Secretaria de Estado da Educação disponibiliza 40 Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) para quem busca concluir sua escolaridade. Os Centros coordenam os atendimentos das Unidades Decentralizadas (UD), do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (Naes) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que oferecem aulas do Ensino Fundamental e Médio e atendem em mais de 95% dos municípios catarinenses. No segundo semestre, serão oferecidas turmas de alfabetização e nivelamento, especificamente aos haitianos, desde que o estudante tenha 15 anos completos.

A estimativa é de que Santa Catarina tem entre 4 a 6 mil haitianos. Os imigrantes chegam ao Estado em busca de emprego e com imensa vontade de melhorar de vida. Porém, para terem mais oportunidades é preciso aperfeiçoar o português e aprimorar os estudos. “Muitos haitianos chegam com vontade de crescer e querem retomar os estudos, mas não têm acesso a informações. Por isso, é importante que os empresários repassem as orientações sobre Ceja aos seus empregados para que eles possam se especializar”, afirma o fundador da Associação Kay Pa Nou, em Florianópolis, Clarens Chery, que dá assistência aos imigrantes haitianos.

O haitiano Chery é um exemplo de que o estudo traz bons resultados. O jovem procurou o Ceja de Florianópolis em 2014 para concluir o Ensino Médio. No final do ano, fez o Enem e foi aprovado. A partir de agosto passa a cursar Direito. “Quero trabalhar com direitos humanos para contribuir com a imigração haitiana. Preciso estudar muito as leis trabalhistas. Quero que o Brasil cresça com a nossa ajuda para que possamos crescer também”, finaliza.

Para se matricular em qualquer Ceja é preciso apresentar documento de identificação e comprovante de residência.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online

UM JORNAL E SERVIÇO DE IMPRESSÃO PARA TODOS OS DIAS

# FOLHA DE S. PAULO

### **Não podemos passar um cheque em branco, diz ministro sobre Fies**

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, voltou a defender nesta quinta-feira (16) as mudanças no Fies, como o teto de reajuste de 6,4% na mensalidade dos cursos para contratos com as instituições de ensino.

A mudança foi alvo de críticas durante audiência pública na Câmara. Antes, não havia um limite de reajuste. Para o ministro, o governo não pode "passar um cheque em branco" para o "vendedor de vagas" –forma como se referiu às faculdades privadas.

"Uma coisa é o direito das instituições privadas aumentarem suas mensalidades. Outra é a disposição do ente público em pagar. O que queremos, para cumprir as relações de mercado e respeitar o contribuinte e limites orçamentários, é não dar ao vendedor de vagas um cheque em branco pelo qual ele aumenta o quanto quiser", disse.

A declaração gerou surpresa e aplausos entre os deputados. Ao perceber a reação, Janine recuou: "Talvez vendedor de vagas não seja [uma expressão] apropriada", afirmou. "Mas somos compradores de vagas, então elas também são vendidas", justificou.

"Não era justo aceitar esses valores sem justificativa", disse. "Há um prejuízo grande para o aluno que contrai esses empréstimos. Um critério aceitável é o reajuste pela inflação", completou.

A adoção de um teto de reajuste como critério para contratos no Fies gerou um embate na Justiça com as universidades. O MEC também criou um grupo para discutir o tema.

Questionado sobre possíveis prejuízos aos estudantes, que poderiam ter seus financiamentos cancelados, Janine disse que a pasta fez aditivos para manter os contratos já existentes e evitar que os alunos ficassem inadimplentes.

E evitou culpar as instituições –que devem ficar de fora de novos contratos caso mantenham os reajustes acima do previsto, segundo o MEC.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Não é possível dizer que elas cometeram delitos. Elas simplesmente aumentaram mais do que o Estado pode pagar."

### GREVE

Durante a audiência, movimentos que representam servidores de universidades federais levantaram cartazes em apoio à greve da categoria, que já dura 46 dias.

O grupo pede mudanças no plano de carreira e reajuste de 27% no piso salarial da categoria, com base na inflação do período.

Janine disse que foi informado da greve antes de tomar posse como ministro. "Não entendemos que essa é a melhor forma de diálogo".

Coordenador da Fasubra, entidade que representa os servidores, Rogério Marzola rebateu. "As tentativas de diálogo não tiveram êxito."

Após o impasse, o ministro afirmou que a pasta marcou uma reunião nesta semana para discutir as propostas com a categoria.

"Me sinto feliz em ser o primeiro de sete ministros dos governos petistas a contar com menos recursos? Não. É um papel difícil, mas estamos obrigados a lidar com o orçamento", disse.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Ensino Superior		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL - F.F.W. WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S.PAULO

### **Onde estão os formados pelo ensino superior do país?**

Toda vez que apresento a metodologia do RUF – Ranking Universitário Folha em alguma conferência, reunião ou congresso surge a mesma pergunta: por que vocês não avaliam os egressos do ensino superior do país? E eu sempre respondo que adoraríamos fazer isso, mas não temos dados suficientes para essa avaliação.

Dessa vez não foi diferente. Apresentei o RUF na 67ª reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em São Carlos, interior de SP. É a principal reunião científica do país, vem gente do Brasil todo e também tem muitos estrangeiros. A sessão da qual participei como palestrante estava lotada. A primeira pergunta da plateia foi relacionada à avaliação dos egressos do ensino superior brasileiro.

A literatura científica sobre avaliação de ensino superior sabe que uma das melhores formas de avaliar a qualidade de uma escola é, de fato, verificar onde está quem se formou ali. São algumas análises: o egresso está empregado? Trabalha na área? Tem posição de liderança? Dependendo das respostas, é possível verificar se a universidade está apenas formando gente, se está formando e empregando e, melhor, se está definindo quem serão os líderes do futuro.

Pois bem. No Brasil, temos 2.300 instituições de ensino superior, das quais cerca de 200 são universidades (as demais são faculdades e centros universitários). O problema é que as próprias instituições brasileiras não têm a menor ideia de onde estão seus egressos. Muitas nem sequer têm dados (nome, telefone) de quem se formou ali. Pouquíssimas compilam esses dados de forma sistemática.

Hoje, sem dados sobre egressos do ensino superior, o indicador de “mercado” do RUF se baseia em uma pesquisa de opinião feita com empregadores de todo o país, conduzida pelo Datafolha, na qual pedimos que o entrevistado liste as melhores instituições de ensino da sua área.

#### RUMO CEGO

E aí eu pergunto: as instituições de ensino não deveriam ter interesse em saber onde estão seus egressos? Como exatamente um diretor ou reitor de uma faculdade,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

universidade ou centro universitário define quais cursos abrir, quais expandir, quais investir se não souber exatamente o que está dando certo?

Essa pergunta também foi levantada pelo meu companheiro de mesa na SBPC, Luiz Roberto Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação \_nós dividimos a sessão com três especialistas em qualidade do ensino superior da Alemanha. As instituições de ensino superior brasileiras são avaliadas pelo RUF, pela Capes (no caso da pós-graduação), por rankings internacionais. Mas elas se auto-avaliam? Essas instituições têm instrumentos para saber para onde estão indo?

Quase metade de quem está matriculado no ensino superior do país, hoje, cursa administração, direito, pedagogia ou ciências contábeis, mas o que se prega é que precisamos de médicos e de engenheiros. Será que a falta de auto-avaliação do nosso ensino superior \_e falta de conexão dessa avaliação com políticas públicas\_ não estaria relacionada ao descompasso entre a oferta de cursos pelas escolas e as necessidades do país?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Base nacional		<b>Página:</b> Online



### ENTENDA O QUE É A BASE NACIONAL COMUM DE ENSINO

**Ideia é criar uma base para o ensino que seja comum em todas as escolas do Brasil**

**Fonte: Agência Brasil**

Educadores de várias partes do Brasil se reuniram em um Seminário Internacional que aconteceu nesta quarta-feira (8), em Brasília, para debaterem a reformulação do ensino médio e a construção de uma base nacional curricular comum.

A ideia é criar uma base para o ensino que seja comum em todas as escolas do Brasil. O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps, considera que, atualmente o conteúdo do ensino médio está direcionado somente para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Não é o caminho adequado, os países com educação de classe mundial desenvolveram a partir de uma base comum os seus currículos que guardam espaço para a diversidade, como no Brasil vai ter que ter”, completa.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a base nacional curricular comum da educação básica deve estar concluída até junho de 2016. A Base Nacional é uma das vinte metas do PNE e está prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/07/2015
<b>Assunto:</b> Percepção	<b>Página:</b> Online	



### DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ANALISA A PERCEPÇÃO QUE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL TÊM DE SEUS ALUNOS NEGROS

Socióloga Ellen de Lima Souza busca em seu trabalho contrabalançar a percepção que tende a atribuir às crianças negras uma condição de subalternidade de vítima

**Fonte:** Revista Educação

Como professoras de educação infantil percebem a infância de crianças negras? Em que medida suas experiências de formação influem nessa percepção? Essas perguntas foram o ponto de partida da pesquisa de mestrado da socióloga

Ellen de Lima Souza, realizada junto ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em seu estudo, Ellen constrói uma análise que busca aportar elementos para contrabalançar a percepção que tende a atribuir às crianças negras uma condição de subalternidade de vítima, a qual circula fortemente no campo social - inclusive entre educadores, fator de prejuízo para o desenvolvimento dessas mesmas crianças.

Segundo a pesquisadora, essa percepção é alimentada por um pensamento de matriz europeia, que foi o fundamento das políticas de assistência e de educação infantil no Brasil, marcadas pelo reforço das desigualdades entre crianças negras e brancas.

Na dissertação, a socióloga recorre a estudos anteriores para enfatizar que desde o século 19 as políticas de educação infantil no Brasil estabelecem distinções entre crianças negras e brancas: enquanto as primeiras eram atendidas em creches e asilos, os meninos de 3 a 6 anos frequentavam jardins da infância, concebidos, desde aquela época, como instituições educacionais.

Ao longo do tempo e, sobretudo no período recente, ocorreram avanços no campo da educação infantil, inclusive na incorporação das temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, pontua Ellen. Apesar disso, diversas pesquisas (como os estudos de Eliane dos Santos Cavalleiro, professora da Universidade de Brasília) apontam para a persistência de uma desigualdade na maneira como crianças brancas e negras são tratadas e percebidas no ambiente escolar.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Nossa percepção é atravessada pela perspectiva eurocêntrica e essa condição estabeleceu na educação relações muito cruéis e desumanizadoras, que atingem adultos e crianças", defende Ellen. "Assim, quando uma criança negra adentra a sala de aula, a condição de ser negro tende a superar sua condição etária de ser criança."

### Percepções sobre crianças

Para investigar suas hipóteses, Ellen realizou uma pesquisa qualitativa com o objetivo de captar percepções de professoras de educação infantil sobre crianças negras. A coleta de dados foi realizada por meio de conversas aprofundadas com três professoras de uma instituição de educação infantil que atende servidores, professores e alunos da UFSCar.

Foram selecionadas docentes com pelo menos 15 anos de profissão e cujo trabalho evidencia um compromisso com a educação das relações étnico-raciais. Todas elas possuem, em seu currículo, mais de cem horas de formação nessa área e têm como marca de sua atuação profissional o combate ao racismo e a promoção da educação para as relações étnico-raciais, inclusive em artigos científicos e participações em eventos acadêmicos.

As conversas foram conduzidas entre 2010 e 2011 com o objetivo de fazer emergir "unidades de significado" expressas em percepções. Essas unidades de significado desvelam temas passíveis de serem agrupados em dimensões.

Desse modo, as conversas ocorreram em torno de três perguntas-chave: "Como você se formou professora de educação infantil?", "Como você foi construindo sua ideia sobre a infância negra?" e "Como você recebe a infância negra na instituição de ensino em que atua?".

Para analisar as percepções, a pesquisadora se baseou na fenomenologia do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty. Segundo a fenomenologia, os seres humanos são compostos por corpos físicos e consciências que ganham significado nas relações vivenciadas por eles. "Ao construirmos nossa consciência, vamos construindo nossas percepções sobre o mundo e sobre os outros", explica Ellen na dissertação. Ou seja, as percepções não podem ser dissociadas das experiências de vida e das relações que uma pessoa estabelece com outras.

Inspirando-se na fenomenologia, Ellen buscou procedimentos para desenvolver uma análise compreensiva dos dados, bem como orientações para se aproximar das experiências vivenciadas pelas professoras que pudessem revelar suas percepções de infância relacionadas a crianças negras. O foco da análise recaiu sobre a forma como as professoras expressam o percurso que as tem levado a perceber, conhecer e compreender as condições nas quais se constrói a infância de crianças negras.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Assim, a partir das conversas, as percepções das professoras associadas às crianças negras foram traduzidas num conjunto de temas: formador, formando-se para/na educação infantil, vivências da própria infância, infância negra (negação e dúvida), criança negra presente, criança branca ausente, sentimentos racializados, marcos negros e marcas brancas.

### A persistência dos estereótipos

A análise das percepções das professoras revelou que, apesar de elas terem aprendido nas formações que realizaram técnicas para educar para as relações étnico-raciais, tendem a perceber a infância de crianças negras de forma estereotipada.

Isso ocorre, segundo a socióloga Ellen, porque as percepções, perspectivas e expectativas de mundo das professoras investigadas são atravessadas por ideologias racistas, adultocêntricas e cristãs, entre outras, que percorrem a sociedade brasileira. Ao analisar os discursos das professoras, a pesquisadora encontrou elementos dessas ideologias em suas percepções sobre crianças negras e brancas na escola.

Ela também constatou que as professoras enxergam seus alunos a partir da perspectiva das crianças brancas em detrimento das negras, a despeito de suas trajetórias pautadas por muitas formações no campo das relações étnico-raciais. Por exemplo, as professoras tendem a se referir às crianças negras a partir da negação e da dúvida - apesar de adotarem uma prática pedagógica voltada à educação das relações étnico-raciais e de valorização da cultura africana e afro-brasileira.

"Elas falavam com muita propriedade de como as crianças negras não devem ser tratadas, sobre quem as crianças negras não são, sobre o que elas não têm e o que elas não fazem", analisa Ellen na dissertação.

Além disso, a criança negra tende a ser vista pelas professoras como uma vítima em potencial e como alguém cuja baixa autoestima é inerente à sua condição. Exemplo disso foi um episódio relatado por uma professora de uma menina negra que se arrastava pelo chão durante algumas atividades, levando-a a pensar que era preciso trabalhar a autoestima da criança. No entanto, a menina se comportava dessa maneira por ser míope, não enxergar e buscar ver as coisas mais de perto.

"O problema da criança era de ordem física, e o diagnóstico de baixa autoestima foi dado pela professora com base nas marcas brancas de suas experiências de vida. Ou seja, pelo fato de a criança ser negra a primeira percepção da professora era de que ela sofresse de baixa autoestima", analisa a autora na dissertação.

### A formação como caminho

Para a pesquisadora, o problema central por trás desse tipo de percepção e prática pedagógica são os formatos oferecidos nas formações continuadas. "Elas se propõem



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de forma muito empobrecida a uma sensibilização das professoras. Em contrapartida, a pesquisa mostra que essas professoras já são sensibilizadas pelas próprias crianças em seu cotidiano."

Nesse sentido, defende Ellen, as formações que se propuserem a colaborar com a construção de uma educação justa, equânime e igualitária, têm de considerar os professores como intelectuais que produzem conhecimento, valorizando e incorporando seus saberes e práticas, ao invés de tratá-los como meros aplicadores de conceitos.

"À medida que seus saberes e experiências são valorizados e respeitados como conhecimento, eles passam a assumir-se como produtores de culturas", reitera a socióloga. "A partir daí, podem passar a reconhecer nas crianças negras aptidões, o que favorece a construção de parcerias entre eles, as próprias crianças e a comunidade, possibilitando que as crianças deixem de ser vistas como vítimas para serem consideradas produtoras de culturas."